

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Bristol, Reino Unido)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**VOLUME COMEMORATIVO DO
XX ANIVERSÁRIO**

do

**Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras**

(Câmara Municipal de Oeiras)

1988 - 2008

Editor Científico:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

CONSTRUIR PARA OS MORTOS. GRUTAS ARTIFICIAIS E ANTAS NA PENÍNSULA DE LISBOA. ALGUMAS LEITURAS PRÉVIAS

Victor S. Gonçalves¹

Against logic there is no armor like ignorance.
Laurence J. Peter (1919-1988)

Antes da conclusão das monografias sobre os complexos de grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril (ambos em Cascais), elaborei um texto-sumário, onde as principais questões relacionadas com estes sepulcros pré-históricos foram revistas e analisadas. Procurava-se entender não apenas os fenómenos relacionados com a sua construção, mas dissociar a construção, de origem, da longa utilização que os monumentos viriam a registar. Esta «leitura prévia» (prévia a outras, quase concluídas em 2009) traduz os avanços de terreno e gabinete do Projecto «CASCA» (Cascais, as antigas sociedades camponesas), já publicados os referentes à ocupação pré-histórica das grutas naturais (Porto Covo: Gonçalves, 2008; Poço Velho: Gonçalves, 2009). No entanto, questões discutidas no livro Sítios, «Horizontes» e Artefactos, e também nas monografias de Porto Covo e Poço Velho, conduziram a novos balanços e a seriações de questões.

Uma versão gráfica de este texto, especificamente destinada ao enunciar de problemas relacionados com a interacção de usos entre antas e grutas artificiais, foi apresentada numa sessão do Congresso de 2008 da EAA (Malta), coordenada por J. A. Cámara e Afonso Marrero (Links between hypogeism and megalithism, La Valetta, 2008.09.18).

Esta é a sua versão final em português. Uma versão inglesa será publicada num volume dos B.A.R., a sair proximamente.

1. UMA QUESTÃO ANTES DE OUTRAS

Na Península de Lisboa, no 3.^o milénio a.n.e., antas, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais são quatro espaços diferentes para acolher os mortos. Será que têm uma firme conexão com «culturas» ou fases culturais?

A resposta é, naturalmente... *sim*. Mas não temos bem a certeza *a quais* correspondem na sua origem. Porquê? Porque ainda não sabemos exactamente *quem* construiu esses monumentos. E como muitos deles foram usados

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Grupo de trabalho sobre as antigas sociedades camponesas. Faculdade de Letras, P-1600-214 LISBOA, PORTUGAL. vsg@fl.ul.pt. Algumas imagens, devidamente assinaladas, destinam-se às monografias em curso de elaboração sobre as grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril, estando, nos termos da lei vigente, cobertas por copyright (©).

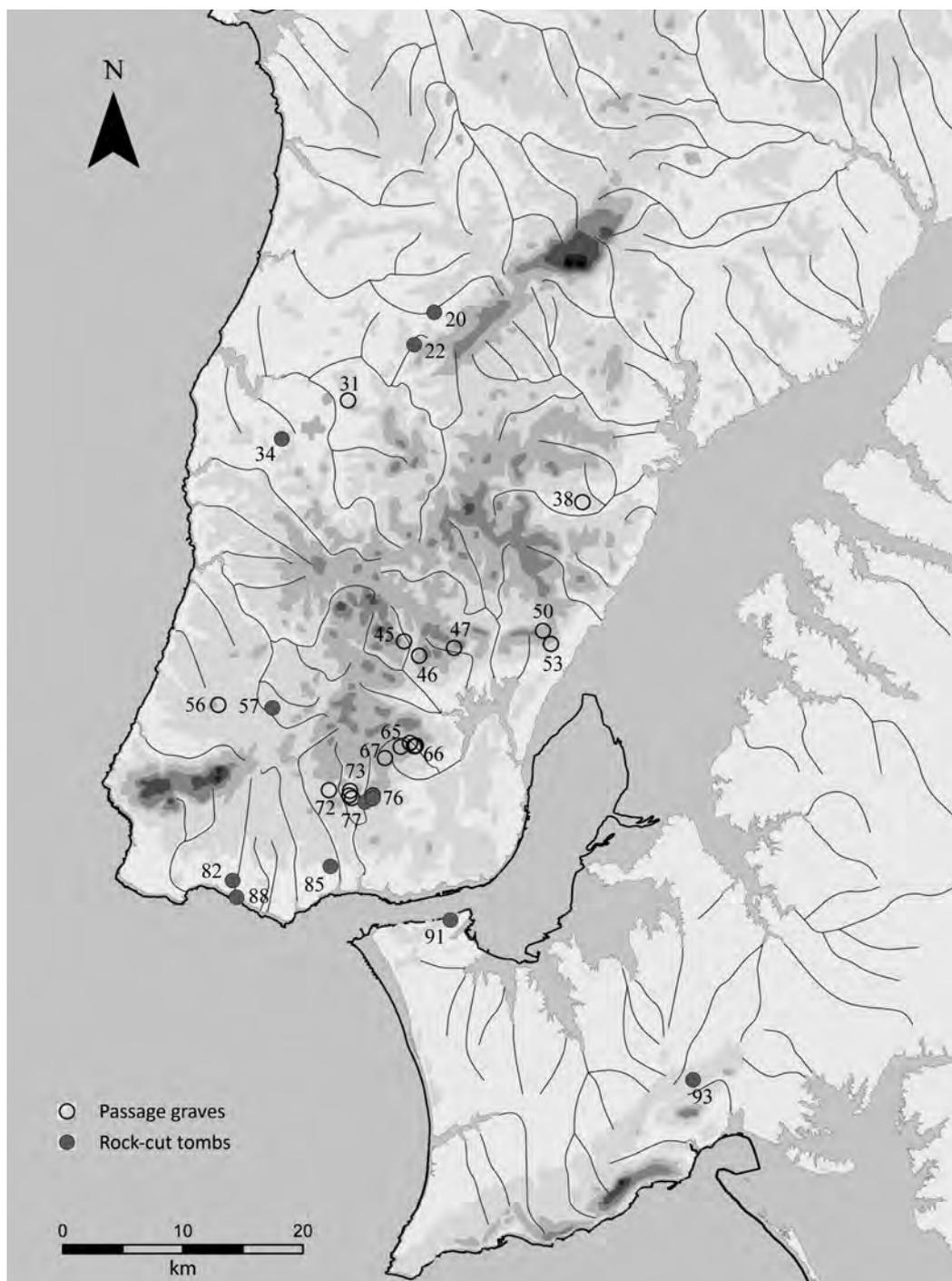


Fig. 1 – Antas e grutas artificiais nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, 3.º milénio a.n.e. Cartografia Maia Langley, encomendada por UNIARQ. *Antas*: 31 – Serra da Vila; 38 – Arruda; 45 – Carcavelos; 46 – Alto da Toupeira 1; 47 – Casainhos; 50 – Monte Serves; 53 – Casal do Penedo; 56 – Pedras da Granja; 65 – Pedras Grandes; 66 – Trigache 1 a 4; 67 – Conchadas; 72 – Carrascal; 73 – Pedra dos Mouros, Estria e Monte Abraão (Belas). *Grutas artificiais*: 20 – Ermegeira; 22 – Quinta das Lapas 1 e 2; 34 – Cabeço da Arruda 1; 39 – Castelo; 40 – Pedra Furada; 43 – Samarra; 52 – Verdinha dos Ruivos; 69 – Bela Vista; 76 – Tojal de Vila Chã (Carenque) 1 a 4; 77 – Baútas; 82 – Alapraia 1 a 4; 85 – Monte do Castelo; 88 – São Pedro do Estoril 1 e 2; 91 – São Paulo 1 e 2; 93 – Casal do Pardo 1 a 4.

por largas centenas de anos, as práticas e ritos funerários mudaram muito. Para além de nem sempre serem os mesmos e, pelo menos em duas situações, pertencerem mesmo a diferentes subsistemas mágico-religiosos (GONÇALVES, 2006, 2008).

Neste campo, um dos erros clássicos consistiu em confundir os construtores com os utilizadores, estando alguns investigadores genuinamente convencidos que a construção das grutas se devia ao «povo campaniforme» e talvez o mesmo se passasse, no início, com a própria Vera Leisner (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961).

Mas, como sabemos hoje, não é assim e não temos dados que nos permitam afirmar que os utilizadores de cerâmicas campaniformes tenham existido no Centro de Portugal antes de 2500 a.n.e.

Os poucos monumentos ortostáticos conhecidos na Península de Lisboa (até hoje, nenhum foi identificado na Península de Setúbal) aparecem com cronologias tardias, sendo vários da transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. Uma contribuição recente, ainda inédita (BOAVENTURA, 2009), confirmou o que sempre afirmei: no Centro e Sul de Portugal não parece haver monumentos megalíticos anteriores a 3500 a.n.e. E por volta de 3000-2800, em anos de calendário, ainda há monumentos ortostáticos a ser construídos em pleno Alentejo... (GONÇALVES, 2003).

Há assim uma boa probabilidade de coexistência funcional entre monumentos megalíticos e grutas artificiais, tal como entre estas e alguns tipos de *tholoi*, apesar de estes serem, na sua generalidade, posteriores àquelas (como é o caso dos monumentos da Praia das Maças). Com pontos de partida diferentes, há momentos das curvas em que todos coincidem (para não falarmos já das grutas naturais).

Outro ponto curioso ressalta da Fig. 1. Para 18 monumentos ortostáticos aqui cartografados, localizaram-se 18 necrópoles de grutas artificiais, mas o número de «indivíduos» eleva-se a 32, traduzindo uma curiosa tendência para o agrupamento de entidades individuais em necrópoles mais ou menos organizadas, com dois a quatro componentes.

A sua distribuição, ainda que frequentemente as imagens enganem, sugere uma penetração Mar-Terra para as grutas artificiais e uma penetração Alentejo-Lisboa para as antas. Demasiado simples, é certo, mas os conteúdos artefactuais «de origem» (que não a sua utilização posterior) parecem sugerir o mesmo para os dois tipos de monumento.

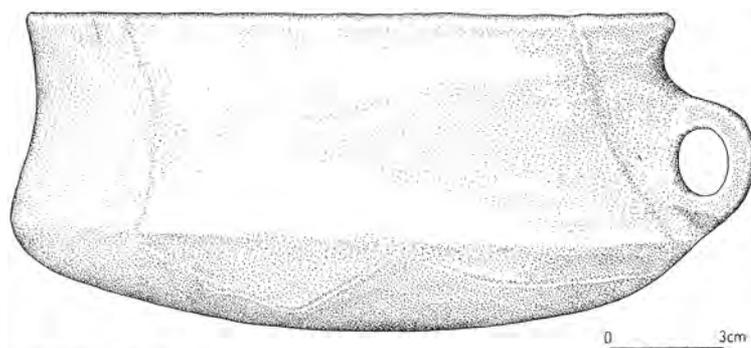
2. SOBRE O PLANEAMENTO DOS MONUMENTOS E A SUA UTILIZAÇÃO

Devemos considerar duas coisas diferentes:

- a. de certeza que os escavadores de grutas artificiais não são os mesmos que os construtores de antas nem têm a mesma arquitectura para a Morte (quanto mais não seja porque, formalmente, *construir* com grandes pedras é muito diferente de *escavar* a rocha);
- b. antas e grutas artificiais foram criadas por povos diferentes, mas usadas, depois do seu «acabamento» ou escavação no calcário, e primeira utilização, por comunidades subsequentes idênticas.

O primeiro momento de uso de cada um de estes monumentos só é possível de identificar através de artefactos, muito poucos, aliás. Uma vez construídos, estes monumentos foram utilizados e reutilizados pelos sucessivos habitantes da Península de Lisboa, pelo menos até à Idade do Bronze. Mas o subsistema mágico-religioso dos reutilizadores é agora também uma soma de influências marítimas e continentais, vindas do Alentejo, da Andaluzia e do mundo mediterrânico.

Na verdade, sabemos de longe muito mais sobre os utilizadores que sobre os construtores de antas e grutas artificiais na Península de Lisboa...



ALAPRAIA 2 #102

Fig. 2 – Alapraia e a Idade do Bronze. A taça com asa ALP-2-102 é uma evidência, entre outras, da utilização funerária de grutas artificiais durante a Idade do Bronze. Utilização apesar de tudo muito mais reduzida nas grutas artificiais que em grutas naturais, como Poço Velho, por exemplo. Desenho Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

3. O TEMPO. QUANDO ACONTECEU?

Monumento	Tipo da amostra	#	Referência	13C/12C 0/00	BP	Cal BC 1 σ	Cal BC 2 σ
S. Pedro do Estoril 1	Tíbia humana	1119	Beta-188390	-19.0	4720±40	3620-3380	3640-3370
Alapraia 4	Fémur humano	52	Beta-178461	-18.7	4110±40	2860-2580	2870-2500
S. Pedro do Estoril 2	Fémur humano	1278	Beta-188389	-19.8	4090±40	2850-2580	2860-2490
S. Pedro do Estoril 2	Úmero humano	869	Beta-178465	-19.8	4090±40	2850-2580	2860-2490
S. Pedro do Estoril 2	Fémur humano	1279	Beta-178466	-19.6	3850±40	2400-2220	2460-2200
S. Pedro do Estoril 1	Fémur humano	1890	Beta-178467	-19.4	3830±40	2330-2210	2450-2140
S. Pedro do Estoril 1	Falange da mão, humana, conservando em torno um anel-espiral de ouro.	1892	Beta-178468	-19.6	3790±40	2290-2140	2330-2060
Alapraia 4	Crânio humano	55	Beta-178462	-19.4	3260±40	1540-1500	1620-1440

Quadro 1 – Datações ¹⁴C para ossos humanos recolhidos nas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril e Alapraia (segundo GONÇALVES, 2003, 2008, 2009).

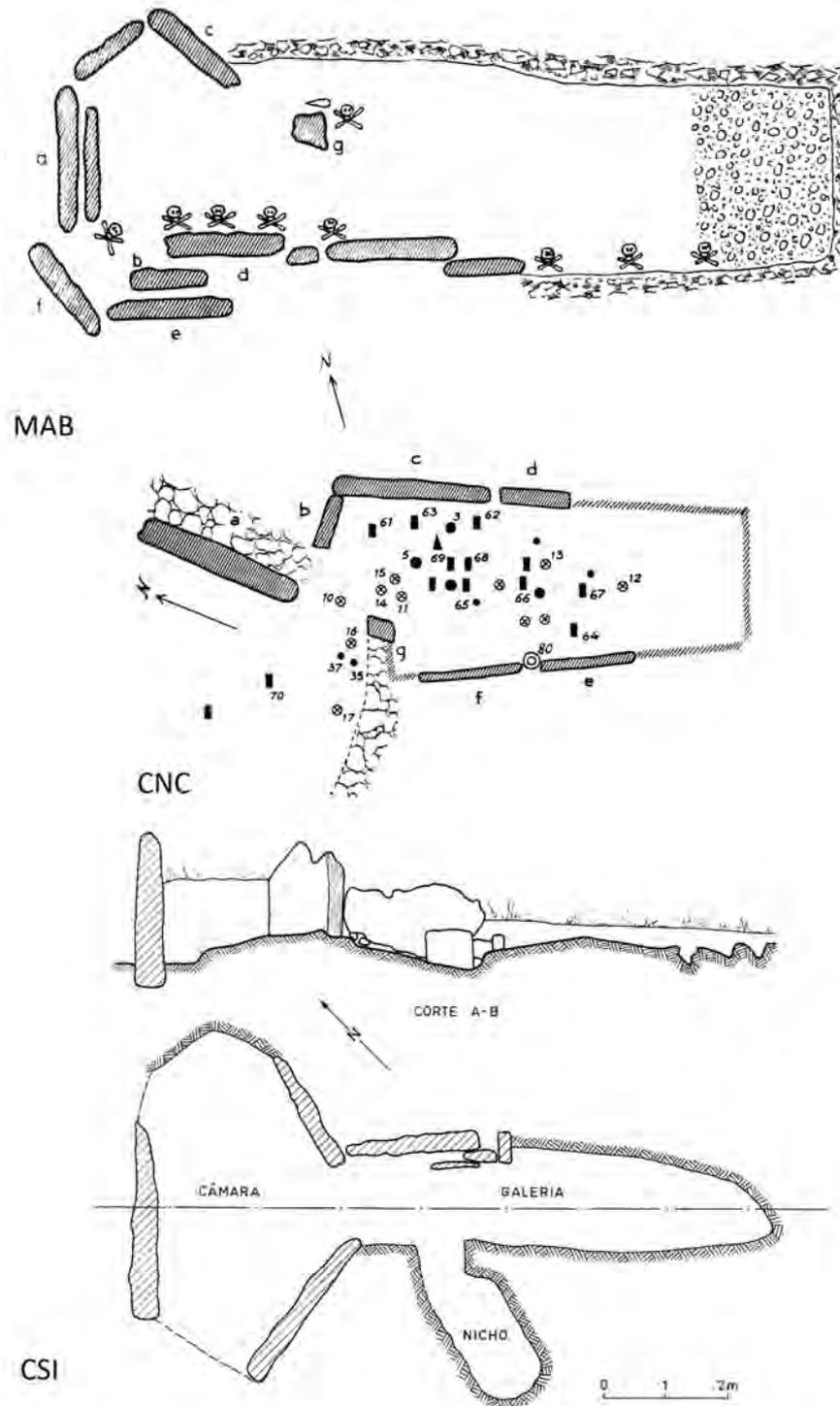


Fig. 3 – Plantas de monumentos ortostáticos da Península de Lisboa. MAB: Monte Abraão. CNC: Conchadas. CSI: Casaiños. (segundo LEISNER, 1965 e LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969). Desde o século 19 que se publicaram as estranhas plantas de alguns de estes monumentos. As estruturas quadrangulares e trapezoidais muito alongadas associam-se a estruturas de construção mista, semi-escavadas na rocha. Claro que existem antas idênticas às alentejanas (as mais antigas e algumas de Belas, por exemplo), mas outras apresentam originalidades indiscutíveis.

ALAPRAIA 3, 2007

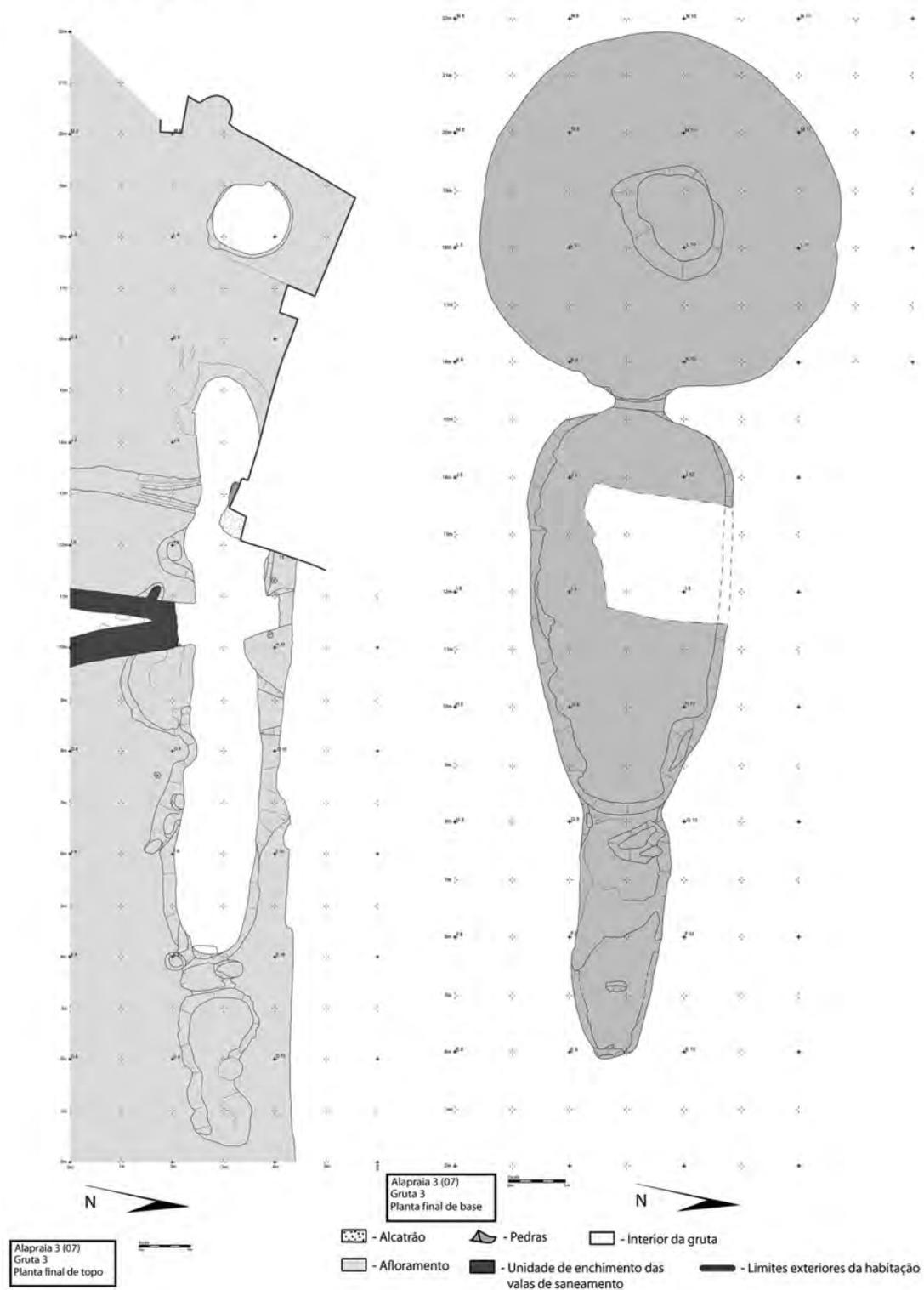


Fig. 4 – A planta de topo e de base da gruta artificial Alapraia 3, com o seu traçado clássico (escavações Victor S. Gonçalves, 2007). Desenhos de Carlos Pereira. © UNIARQ.

Laboratory number: Beta-244819
Conventional radiocarbon age: 4660±40 BP
2 Sigma calibrated results: Cal BC 3620 to 3600 (Cal BP 5570 to 5550) and
 (95% probability) Cal BC 3520 to 3360 (Cal BP 5480 to 5310)
 Intercept data
Intercepts of radiocarbon age
 with calibration curve: Cal BC 3490 (Cal BP 5440) and
 Cal BC 3460 (Cal BP 5410) and
 Cal BC 3380 (Cal BP 5320)
1 Sigma calibrated results: Cal BC 3510 to 3410 (Cal BP 5460 to 5360) and
 (68% probability) Cal BC 3390 to 3370 (Cal BP 5340 to 5320)

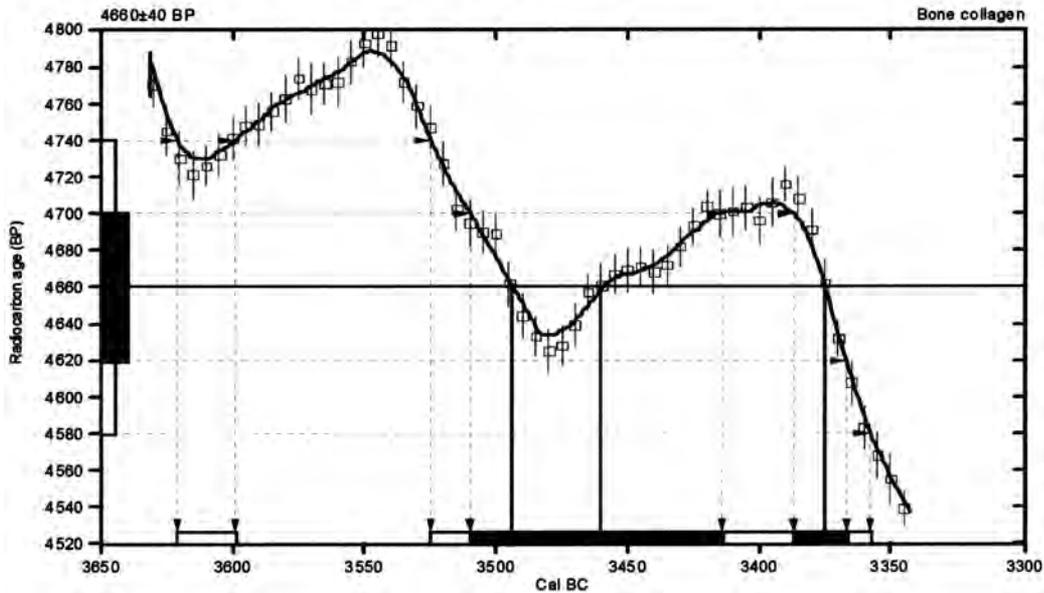


Gráfico 1 – A datação Beta-244819, referente a uma diáfise de fémur direito, humano, recolhido na gruta de Porto Covo, apresenta um intervalo de tempo, a dois σ , de 3620-3360 cal BC (GONÇALVES, 2008). É estatisticamente idêntico ao da tíbia humana Beta-188390, proveniente da gruta artificial S. Pedro do Estoril 1 (3640-3370 cal BC). Assim, a questão de esta última datação se referir a um “osso-memória”, anterior à construção da gruta artificial, é uma possibilidade que não pode ser posta de lado.

As datações obtidas para monumentos escavados na rocha são, como se vê, maciçamente do 3.º milénio, com uma presença funerária certa na Idade do Bronze (Beta-178462, 1620-1440 cal BC, a 2 σ) e uma curiosa datação (Beta-188390), que se enquadra algures em meados e na segunda metade do 4.º milénio (3640-3370, cal BC, a 2 σ).

Destas datações, as únicas disponíveis enquanto outras não são processadas, ressalta uma estatística primitiva, mas eficaz: 12,5% para uma «presença» do 4.º milénio, 12,5% para uma presença da Idade do Bronze; 33,3% para datações referentes à primeira metade do 3.º milénio; 33,3% referentes à segunda metade do 3.º milénio, tudo isto em anos de calendário.

Veremos, com mais datações previstas para breve, se estes valores se confirmam, mas eles não têm nada de extraordinário, considerado o espólio recolhido. À excepção do 4.º milénio (alguns geométricos como herança?) o conjunto artefactual corresponde efectivamente a estas datações. Antropologia e cultura material estão bem. Mas a que corresponde Beta-188390?

Como já escrevi, pode tratar-se de um «osso memória», um resto de antepassado inserido junto dos seus descendentes, cuja época não podemos supor. Na verdade, a cronologia obtida parece de longe demasiado antiga para a construção de hipogeus como estes, típicos das Penínsulas de Lisboa e Setúbal.

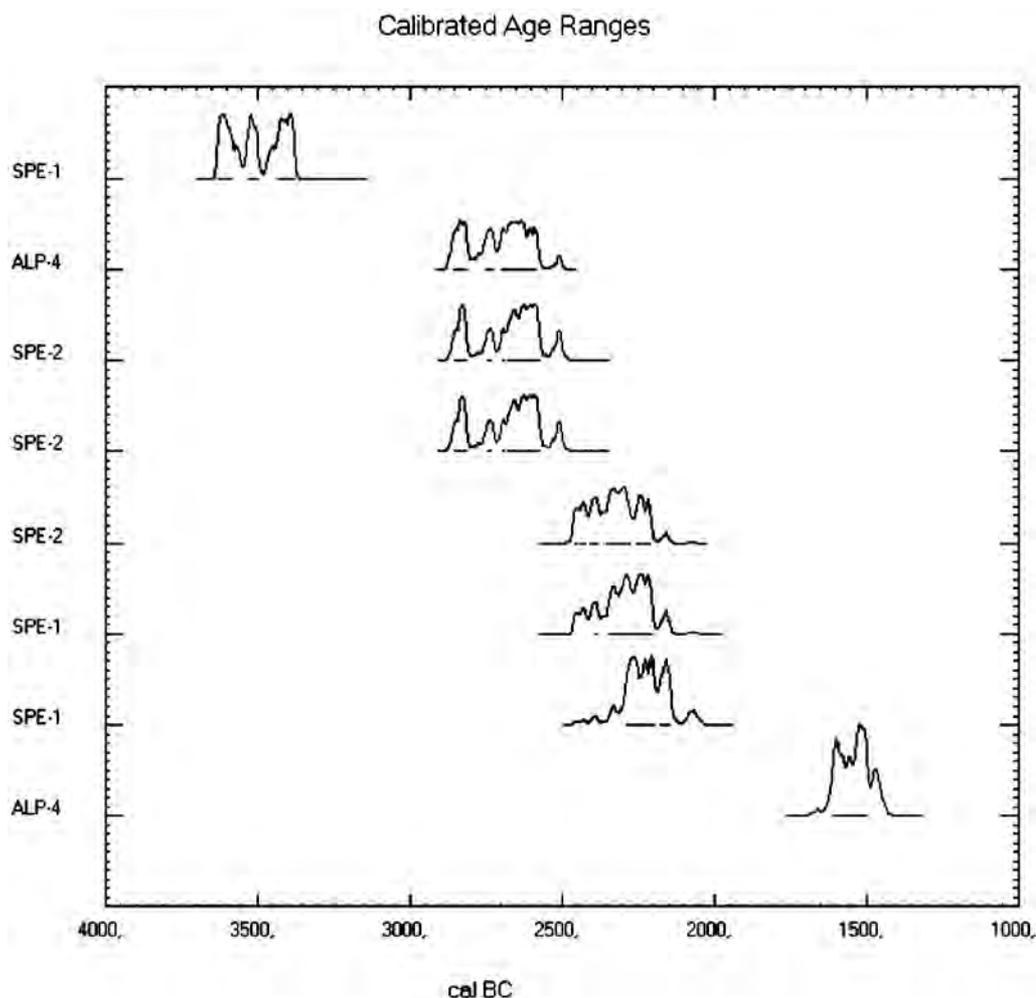


Gráfico 2 – Recentes datações por radiocarbono (GONÇALVES, 2003, 2008, 2009) mostram a presença continuada de comunidades do Neolítico final e do Calcolítico na região de Cascais, onde se localizam as duas necrópoles de Grutas artificiais, S. Pedro do Estoril (duas grutas) e Alapraia (quatro grutas).

Uma sólida tíbia (como aquela que foi objecto da datação Beta-188390) é ainda mais fácil de conservar do que um crânio. De conservar e de transportar.

À luz da informação actualmente disponível, as grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril poderiam assim, teoricamente, ter sido construídas algures dentro do intervalo de tempo de 2870 a 2490. Este intervalo de tempo corresponde à chegada das comunidades agro-metalurgistas, que marcam efectivamente o início do Calcolítico no Centro de Portugal e que são ligeiramente posteriores às que se registam na Andaluzia. Num artigo recente (GONÇALVES & SOUSA, 2007), operámos uma selecção drástica, apresentando Quadros cronológicos ^{14}C para as penínsulas de Lisboa e Setúbal listando apenas datações obtidas sobre carvão e osso, para povoados.

O lapso de tempo para o primeiro arranque dos povoados fortificados (e dos «abertos» que lhes são contemporâneos) é exactamente este.

E a questão, a que não se pode actualmente responder com certeza, é agora saber se esta é mesmo a primeira fase de uso dos monumentos ou se perdemos o escasso material orgânico de um sepultamento individual que coincidissem com uma «verdadeira» primeira fase. Talvez a Gruta S. Paulo 2 (Almada) nos ajudasse nesta questão,

uma vez que tem uma deposição funerária associada a uma taça carenada, mas os intervalos de tempo das duas datações obtidas são tão grandes que a ajuda é pouca, ainda que um deles, o mais tardio, provavelmente coincidindo com o campaniforme, e por isso pouco interessante para a questão, seja mais aceitável que o outro (UBAR-629: 2905-1950, UBAR-630: 2553-2137, ambas cal BC a dois σ).

Poderíamos, mas só sob distração, falar dos outros hipogeus do sul, nomeadamente Monte Canelas (Portimão, Algarve), mas a antiguidade aí registada refere-se a um monumento de tipologia muito diferente das grutas artificiais da Estremadura e a comparação não é legítima (GONÇALVES, 2005b).

4. O QUE ENCONTRAMOS DENTRO DOS MONUMENTOS: COISAS E ALGUNS SIGNIFICADOS PARA ELAS

Quando esquecemos as arquitecturas e nos centramos nos artefactos votivos usados em monumentos ortostáticos e grutas artificiais temos a primeira surpresa e uma dúvida.

A surpresa reside na diversidade dos artefactos votivos registados em grutas artificiais contra as escassas categorias recolhidas em antas. Confirmam estas, até na Península de Lisboa, o que chamei de «séries monótonas» do megalitismo alentejano. E as excepções a esta regra (que são numerosas) não são realmente excepções, mas antes resultados de intrusões e reutilizações posteriores dos monumentos ortostáticos, por vezes maciças, tal é exactamente o caso dos artefactos votivos de calcário.

Quanto à dúvida, não poderia deixar de ser outra senão: quais os artefactos que correspondem efectivamente aos construtores dos monumentos?

Os geométricos e as lamelas

Na gruta natural do Poço Velho, Cascais, os geométricos recolhidos são 49 e distribuem-se pelas seguintes categorias (GONÇALVES, 2009, p. 1830, *a primeira percentagem de cada tipo indica a sua relação numérica na categoria a que pertence, a segunda a sua relação com o total dos geométricos*).

SEGMENTOS: 4 (8,2%)

Segmento assimétrico – SGA – 1 (25%, 2,0%).

Segmento simétrico – SG – 3 (75,0 %, 6,1%).

TRAPÉZIOS: 43 (87,8%)

Trapézio assimétrico – TAS – 16 (37,2%, 32,7%).

Trapézio assimétrico com entalhe do lado menor – TAS-ELM – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio assimétrico de base côncava – TAS-BC – 14 (32,6%, 28,6%).

Trapézio assimétrico, irregular, de base côncava – TAS-I-BC – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio rectângulo – TR – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio simétrico – TS – 7 (16,3%, 14,3%).

Trapézio simétrico com entalhe do lado menor – TS-ELM – 3 (7,0%, 6,1%).

INDETERMINÁVEL: Trapézio (?), impossível de classificar com certeza (por fragmentação da área que incluía a trancatura inferior) – 1 (2,3%, 2,0%).

TRIÂNGULOS: 1 (2,0%)

Triângulo simples – TRN – 1 (100%, 2,0%).

A este total de geométricos correspondem 41 lamelas.

A presença de geométricos está confirmada em grutas artificiais e antas, mas os números não são tão elevados nem a sua diversidade é a que se regista em Poço Velho. Outras observações indicam que eles são comuns em monumentos atribuíveis a meados do 4.º milénio, mas que o seu número diminui rapidamente com o passar do tempo.

No que se refere a povoados apenas estão contabilizados na globalidade os dados do Penedo do Lexim. Nesse povoado, escavado por Ana Catarina Sousa, com quase três milhares de registos líticos (2742 artefactos, núcleos e restos de talhes) apenas foi identificado um trapézio, ao contrário das lamelas, presentes em número significativo (402 contabilizadas). Para o povoado fortificado do Zambujal, os registos referem 5 geométricos (dois crescentes, um trapézio, dois trapézios assimétricos) para 333 lamelas (UERPMANN, 2003).

Na Camada 3 de Leceia, um importante povoado quase junto ao Tejo, recolheram-se, na Campanha de 1982-1983, apenas três geométricos (um triângulo, um trapézio e um «rectângulo», segundo CARDOSO, SOARES & SILVA, 1983-1984). O número total de lamelas é desconhecido.

Neste aspecto da cultura material, ainda que aqui reformulada no que poderíamos chamar uma «cultura material-simbólica», as grutas artificiais estão claramente mais avançadas no tempo que os monumentos megalíticos.

As enxós e as goivas

Rodeadas recentemente de alguma mitificação (ou mesmo mistificação sexista: machados para os homens, enxós para as mulheres...) os artefactos de pedra polida são muito mais complexos do que aparentam. Para já, nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, a presença de artefactos de anfíbolito depende sempre de um comércio a média distância (quase 200 Km) de *ébauchons* ou peças acabadas.

As goivas implicam uma questão complicada: são já utilizadas no 4.º milénio ou apenas manufacturadas na primeira metade do 3.º?

Abordei esta questão na monografia dedicada à Anta 2 de Santa Margarida (GONÇALVES, 2001), mas o processo está longe de encerrado. As associações visíveis parecem deixar entender que elas estão presentes em conjuntos de fins do 4º milénio, mas sobrevivem, ainda que em pequeno número, nos primeiros séculos do 3.º. Na anta 2 da Herdade de Santa Margarida, dispomos de um *terminus ante quem*, a datação do fecho do corredor, fixada em 3340-2900 Cal BC a dois sigmas. A goiva, que integrava um depósito votivo integralmente constituído por artefactos de pedra polida, seria assim anterior a estes parâmetros, obtidos através de carvão de *Erica umbellata*. Quanto, não o sabemos, uma vez impossível de escolher um ponto preciso do intervalo de tempo como referência.

Em Portugal, acreditou-se sempre que os machados neolíticos eram de secção circular, com o corpo cilíndrico picotado e que os calcolíticos eram de secção quadrangular ou rectangular. Pelo meio ficariam as secções ovais. Esta visão é, na realidade, muito simplista e durante o 4.º milénio encontram-se indiferentemente secções circulares e ovais. E, na primeira metade do 3.º milénio coexistem as várias morfologias principais. As próprias enxós apresentam-se com diferentes morfologias e o “golpe de enxó” (GONÇALVES, 2008, 2009) varia de acordo com traçados padronizados.

As séries cerâmicas

Para as grutas artificiais, não se pode, ao contrário do que acontece nos povoados, falar de uma «sequência de cerâmicas decoradas», uma vez que é impossível provar se houve uma sequência única e continuada ou diversas

utilizações, que não correspondem forçosamente a um fluxo contínuo de deposição de mortos nos monumentos.

Mas sem dúvida que, registando alterações «de moda» muito superiores a qualquer outro artefacto, as cerâmicas recolhidas nas grutas artificiais se distribuem por grupos correspondentes aos verificados nos povoados e são, por isso, de grande utilidade na seriação das utilizações.

Do mais antigo para o mais recente, são os seguintes tipos ou categorias cerâmicas que justificam diferenciação:

1. taças carenadas e cerâmicas com bordos denteados ou impressos;
 2. grupo das pequenas cerâmicas;
 3. grupo das cerâmicas caneladas;
 4. grupo das cerâmicas campaniformes;
- a que haveria que acrescentar:
5. presenças esporádicas de recipientes da Idade do Bronze, conectadas a deposições funerárias.

As taças carenadas, muito raramente decoradas, são um recipiente de uso comum, conhecido em todo o sul da Península Ibérica. A sua datação foi feita com segurança para os povoados Sala n.º 1, Pedrógão do Alentejo (GONÇALVES, 1987), da Torre do Esporão, em Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1991), e para o povoado de Vale de Lobos, Sintra (VALENTE, 2006; GONÇALVES & SOUSA, 2006). Respectivamente, 3350-3020, 2930-2880 cal BC (Beta-220075 e Beta-220074).

Basicamente, estamos aqui perante o que poderiam ser os artefactos cerâmicos mais antigos registados em grutas artificiais. S. Paulo 2, em Almada, Alapraia e, provavelmente, S. Pedro do Estoril, em Cascais, registam formas carenadas e bordos denteados, ainda que em números tão baixos que só poderiam corresponder a duas ou três deposições funerárias.

As cerâmicas com bordos denteados ou impressos foram recentemente objecto de duas teses de mestrado orientadas por mim (VALENTE, 2006; POMBAL, 2006). A sua cronologia é ainda imprecisa, salvo para o caso do povoado de Liceia, onde o melhor intervalo de tempo obtido por João Luís Cardoso para o Calcolítico inicial se refere, em anos de calendário, a dois σ a um lapso de tempo (ICEN-1173) entre 2890 e 2589 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1996). Para o Neolítico Final, englobando taças carenadas e bordos denteados, a cronologia mais plausível parece-me ser a de ICEN-1161 (3336-2924 cal BC), cuja dimensão engloba as de Vale de Lobos, cujos parâmetros, a dois σ , somados, são 3350-2880 cal BC.

O grupo das pequenas cerâmicas tem vindo a ser detectado não apenas na Península de Lisboa, mas em monumentos megalíticos do Alentejo (*Tholos* OP-2b, em Reguengos de Monsaraz), da Extremadura espanhola (*Tholos* Huerta Montero, em Badajoz) e um pouco por toda a Andaluzia. Em termos genéricos, a sua associação às grutas artificiais é um dado adquirido, mas a sua presença em grutas naturais e em monumentos megalíticos de diversas tipologias é indiscutível. Não corresponde assim a um dado tipo de monumento, tem que ver com a reocupação de vários, e a sua cronologia parece coincidir com a chegada ao território que é hoje o Centro e Sul de Portugal de grupos de arqueometalurgistas do cobre a partir do 2.º século do 3.º milénio a.n.e. Não sabemos se as pequenas dimensões de estas cerâmicas têm um significado preciso, mas sem dúvida correspondem a artefactos concebidos para ocupar pouco espaço nas deposições votivas calcolíticas. Virão praticamente a desaparecer dos conjuntos fúnebres, sendo substituídas por formas que, em morfologia e dimensão, são idênticas às que se encontram no quotidiano dos povoados, nomeadamente grandes pratos de bordo espessado e taças.

Quase exclusivo das penínsulas de Lisboa e Setúbal, o grupo das cerâmicas caneladas foi durante muitos anos confundido ou associado com os copos canelados, eles próprios erradamente designados como tal. Na verdade,

são cerâmicas muito diferentes. Os copos são as mais das vezes brunidos e incluem uma decoração complexa, que se enquadra entre «caneluras» grupadas no topo e na base. De todas as cerâmicas do 3.º milénio, são, sem dúvida, as que mais se aproximam de modelos do Mediterrâneo Oriental, ainda que sejam muito provavelmente, na maioria dos casos, de fabrico indígena. As taças caneladas apresentam linhas incisas, grosseiramente paralelas ao bordo, que, em alguns raros casos, ocupam mesmo toda a superfície disponível do vaso.

São duas técnicas decorativas de cerâmica completamente diversas e, no caso das taças caneladas, o processo decorativo e a composição parece ser exclusiva de uma forma única, com algumas variantes.

E, finalmente, as cerâmicas campaniformes. Quer os vasos campaniformes quer as taças «tipo Palmela». Os primeiros têm pelos menos dois subgrupos, um com os motivos «puros» (bandas ou sequências de linhas ponteadas), outro com motivos compósitos, um dos quais, as *métopes*, tenho actualmente em estudo (GONÇALVES, 2007; monografia de Alapraia em curso de preparação). As taças «tipo Palmela» são uma extraordinária categoria, em que uma forma indígena, a taça de bordo espessado, absorve uma decoração anterior e lhe dá uma carga «barroca» inusitada.

Em termos genéricos, nenhuma datação fiável, proveniente de conjuntos explícitos, permite recuar para trás de 2500 a.n.e. qualquer das cerâmicas campaniformes e as taças «tipo Palmela» coincidem mesmo com os três últimos séculos do 3º milénio.

Esgotam estas categorias a totalidade das sequências? Claro que não e o importantíssimo *Grupo das Cerâmicas folha-de-acácia*, tão bem representado nos povoados de meados do 3.º milénio (GONÇALVES & SOUSA, 2007), é disso prova clara. Ainda que, a poucos metros da necrópole de grutas artificiais de Alapraia, nas minhas escavações de 2008, se tenha recolhido um fragmento de esta loiça indiscutivelmente doméstica e até agora praticamente exclusiva dos espaços de vida e normalmente ausente dos depósitos fúnebres. Mas não se tratava do arrasto, por violação ou má escavação, de materiais para fora dos monumentos. Neste caso tratava-se de uma área de utilização dos visitantes calcolíticos dos monumentos.

As placas de xisto gravadas

Sem dúvida o mais exclusivo item dos conjuntos artefactuais associados à Morte, as placas de xisto gravadas representam uma categoria à parte, absolutamente indígena e sem qualquer filiação de estética ou morfologia com qualquer outra região europeia.

A classificação das placas pode fazer-se de acordo com diversas perspectivas: de acordo com a sua morfologia geral, de acordo com os motivos gravados, de acordo com as variantes do xisto utilizado como matéria-prima, sendo ainda susceptíveis de reclassificações, de acordo com a utilização dos diversos critérios.

Talvez as mais interessantes sejam as placas CTT (placas com cabeça tripartida), as que registam uma enorme dispersão geográfica, mas outras subcategorias de placas como as «orelhas de coelho», as de simetria central, as de simetria radial, as híbridas, as que apresentam a síndrome das placas loucas, bem como as que incluem motivos relacionados com a Deusa Mãe e o Jovem Deus, incluem exemplares notáveis.

Sob o ponto de vista gráfico, podemos falar do domínio completo do geometrismo, uma vez que mesmo as placas que apresentam motivos antropomórficos ou teomórficos explícitos os tratam dessa maneira. As placas aparecem numa fase relativamente evoluída do megalitismo alentejano, sendo aceitável para elas uma cronologia entre 3200 e 2500 a.n.e.

Na Península de Lisboa, surgem em toda a espécie de monumentos funerários, naturais ou construídos.

Os artefactos votivos de calcário

De entre os artefactos votivos que aparecem indistintamente quer em antas quer em grutas artificiais da Península de Lisboa (e nas grutas artificiais do Casal do Pardo, na Península de Setúbal) contam-se os artefactos votivos de calcário, que se distribuem por três grandes categorias: as figuras (artefactos que representam coisas específicas), os betilos (cilíndricos, rombóides, hiperbolóides, decorados ou não) e os artefactos e objectos inclasificáveis (em forma de ovo, com morfologias bizarras...).

Presentes em núcleos muito bem definidos, estão altamente concentrados nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal e no Algarve Ocidental. No Alentejo, existem alguns poucos exemplares, normalmente almofarizes e pequenos vasos.

As placas de xisto gravadas e os artefactos votivos de calcário

Recentemente (GONÇALVES, 2008) tive a oportunidade de defender que se trata mesmo de dois subsistemas mágico-religiosos completamente distintos, o das placas de xisto mais antigo, mas que coexistem na primeira metade do 3.º milénio.

E coexistir não tem nada que ver com perda de identidade nem com similitudes impressionantes. Na verdade, as placas são figurações individualizadas de uma divindade feminina. Os artefactos votivos de calcário são um pouco de tudo, com figurações, como os betilos, que são transversais ao Algarve e à Andaluzia (como os exemplares de Pêra e do seminário de Huelva provam) e ainda com figuras completamente originais, como os longos betilos afuselados e gravados das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, as sandálias de Alapraia, as figuras do *tholos* do Pai Mogo...

5. ANTAS INDÍGENAS, GRUTAS ARTIFICIAIS IMPORTADAS?

O que é indígena e o que é importado, não sendo necessariamente o cerne da questão, justifica sem dúvida que procuremos focar a imagem disponível, e que é de muito baixa resolução (32 dpi, como diria João Luís Cardoso...).

Se quisesse traçar de uma forma básica, mas eficaz, a situação que envolve os dois tipos de monumentos funerários, diria que as antas (ou os monumentos ortostáticos em geral) têm, no centro e sul de Portugal, uma longa história, de quase um milénio, enquanto as grutas artificiais de tipo coelheira (Casal do Pardo, Alapraia, S. Pedro do Estoril, Carenque...) uma duração de construção muito mais reduzida, talvez não mais de dois séculos, apesar da sua longa utilização.

Mas as pessoas que utilizam os dois tipos de monumento para depositar os seus mortos, se não são as mesmas no início, são exactamente as mesmas aquando dos reaproveitamentos sistemáticos que os monumentos sofrem e isto durante todo o 3.º milénio a.n.e.

Lemos isto através dos espólios artefactuais, uma vez que muito escassas são as informações de antropologia física anteriores à introdução da colectivização da morte, em antas, grutas artificiais, *tholoi*... e grutas naturais.

Há também que definir com cuidado o que enerva alguma gente. Como várias vezes se escreveu, o trauma da sociedade colonizadora (que nós fomos e de que não há que ter qualquer vergonha disso) afecta estudiosos que, se pudessem, negariam que existiram mesmo colónias fenícias em Portugal, que do latim e das cidades romanas é melhor nem falar. Isto não implica que não existam indígenas ou que eles tenham sido completamente exter-

minados... mas simplesmente que há ideias e, mesmo pessoas, que são claramente exteriores ao espaço regional em que as encontramos. As placas de xisto são certamente originárias do Alentejo central, mas têm áreas periféricas e achados ocasionais em Salamanca, Badajoz e Huelva. As concentrações de artefactos votivos de calcário registam-se nas penínsulas de Lisboa e Setúbal e no Algarve ocidental, ainda que não sejam exactamente os mesmos tipos os encontrados e que praticamente só os betilos sejam transversais a todo o Sul da Península Ibérica. De qualquer forma o calcário, quer em construções (o que é menos importante) quer em artefactos votivos é um fenómeno mediterrânico do 3.º milénio a.n.e. Por alguma razão, que talvez um dia a arqueologia subaquática ajude a esclarecer.

Sem entrar em generalidades, que nunca significam muito, poderia dizer que os indígenas duram sempre mais que os colonos e que algumas ideias importadas duram menos que as locais, sobretudo quando elas se autoreformam e reformulam de acordo com novos padrões. Padrões que podem ou não ser rapidamente abandonados: durante quanto tempo se fizeram grutas artificiais? durante quanto tempo são usados os copos canelados? quanto tempo duram os campaniformes marítimos?

6. UMA HISTÓRIA QUE NÃO ACABA? ALGUMAS QUESTÕES MAIS FREQUENTES...

FAQ 1: Mas porque é tão difícil ler a história por detrás de estes monumentos?

Resposta: Porque no 3.º milénio não há uma única história, mas muitas. Que por vezes se entrosam, dificultando muito o trabalho do pré-historiador que as procura entender como realidades separadas, o que elas maioritariamente são.

FAQ 2: Será que podemos saber quem construiu grutas artificiais na Península de Lisboa?

Resposta: Para a «fundação» das grutas, há muito pouca informação, ainda que a sua origem «marítima» seja uma possibilidade. Sabemos muito mais sobre os utilizadores que sobre os construtores, mas, na primeira metade do 3.º milénio, há um fundo mediterrânico detectável no gosto do uso do calcário quer em artefactos quer em estruturas negativas relacionadas com os espaços da morte. Aqui, no Algarve, na Andaluzia...

FAQ 3: Estes monumentos eram para uso individual ou colectivo?

Resposta: Provavelmente, num primeiro momento, eram para uso individual ou mono-familiar, tanto antas como grutas artificiais, mas logo a seguir transformaram-se em necrópoles colectivas, tal como os *tholoi*.

FAQ 4: E sobre cronologia absoluta?

Resposta: Hoje, pensamos diferente do que há alguns anos. Provavelmente, as grutas artificiais da Península de Lisboa teriam sido escavadas na transição do 4.º para o 3.º milénio ou nos primeiros dois séculos deste. Usadas e reusadas até 2000 a.n.e. Na Península de Lisboa, tal como em todo o sul de Portugal, as antas devem ter sido construídas depois de 3500 e reocupadas sistematicamente na primeira metade do 3.º milénio, simultaneamente com as grutas artificiais. Mas ainda se constroem antas nos primeiros séculos do 3.º milénio. E se continuam a usar, em contínuo, até 2500 a.n.e. (STAM-3, GONÇALVES, 2003a; Anta 2 dos Cebolinhos, GONÇALVES, 2003b).

FAQ 5: E os *tholoi*?

Resposta: Os *tholoi* são típicos da 1.ª metade do 3.º milénio. Os artefactos votivos recolhidos em muitos deles são idênticos aos encontrados em grutas naturais, artificiais e... mesmo em antas... mas não há uma única variedade de *tholos*, há várias, como vemos em Alcalar e até mesmo na Anta 2 do Olival da Pega. E as cronologias estendem-se por todo o 3.º milénio.

FAQ 6: E o ouro?

Resposta: Ah, a metalurgia do ouro!! O que sabemos por certo é que os saques de monumentos os devem ter privado (a eles, monumentos, e a nós, arqueólogos) de várias peças, em número impossível de calcular. A datação obtida para a falange humana de S. Pedro do Estoril 1, que se conservou com o anel em espiral conecto, 2330-2060 calBC (dois σ), GONÇALVES, 2005a, é uma excelente datação, que confirma a metalurgia campaniforme do ouro e as taças «tipo Palmela» reformuladas em taças com pé, as *fruit-stands* de Savory...

FAQ 7: O que significa então o 3.º milénio no centro e sul de Portugal?

Resposta: Não conhecemos toda a história, mas sabemos que existem diferentes fases.

Sendo a primeira a transição entre o 4.º e o 3.º milénio. Um período de domínio indígena.

A segunda começa por volta de 2800 a.n.e. e é o tempo dos arqueometalurgistas do cobre, dos povoados e quintas fortificados.

A terceira decorre durante a segunda metade do 3.º milénio, com a queda dos sítios fortificados e a emergência das redes de fabrico e comércio das cerâmicas campaniformes.

Última FAQ: Isto é certo?

Resposta: De forma alguma!! Mesmo na madrugada do século 21, sabemos ainda tão pouco acerca de tantas coisas...

E a morte é uma coisa muito séria... salvo no Halloween...

Lisboa, Sliema, Lisboa, Outono de 2008

Texto revisto no Verão de 2009

7. REFERÊNCIAS E ALGUMA BIBLIOGRAFIA CLASSIFICADA

Obras de síntese (livros e artigos)

BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. 2 vols. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob direcção de Victor S. Gonçalves, policopiada.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

CARDOSO, J. L. (2006) – *Lisboa e Estremadura. A Pré-História recente e a Proto-História*. Tomar: CEIPHAR (ARKEOS 20).

GONÇALVES, V. S. (1993a) – As práticas funerárias nas sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O Megalitismo. *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte V. Lisboa: Ediclube.

GONÇALVES, V. S. (1999) – Time, landscape and burials. 1. megalithic rites of ancient peasant societies in central and southern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 83-91.

GONÇALVES, V. S. (2005a) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (2005b) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. XXVI, p. 89-114.

GONÇALVES, V. S. (2006) – Quelques questions autour du temps, de l'espace et des symboles mégalithiques au Centre et Sud du Portugal. *Origine et développement du mégalithisme de l'ouest de l'Europe*. Bougon. Vol. 1, p. 485-510.

- GONÇALVES, V. S. (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no centro e sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 79-94.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no centro e sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J. & LÓPEZ PADILLA, J., eds. *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 112-120.
- LEISNER, G. e LEISNER, V./ LEISNER, V. (1943&seq.) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.

Cronologia absoluta

- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-madan*. Almada. S.2, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1996) – Contribution d'une série de datations ¹⁴C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura Portugaise. *Revue d'Archéométrie*. Rennes. Supplement 1996, p. 45-50.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, a Anta 3 da da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora). As intervenções de 1996 e 1997 e duas datas de radiocarbono para a última utilização da Câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6(2); p. 143-166.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura, no contexto de 3º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 233-266.

Grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril

- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2ª edição revista e aumentada com dois novos textos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1941) – *A Gruta II da Necrópole de Alapraia*. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 4.
- LEISNER, V.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas Artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Editor desconhecido, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.
- PAÇO, A. (1955) – Necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 6, p. 23-140.

Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)

- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2004a) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 113-162.
- HELENO, M. (1933) – *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)*. Lisboa: Tipografia Anuário Comercial.

Grutas artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela)

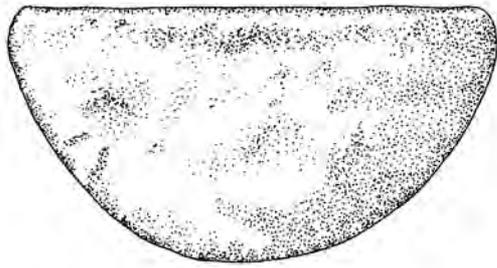
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memória 8, Nova Série).
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela)*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Praia das Mações (um tholos sobrepondo-se parcialmente a uma gruta artificial?)

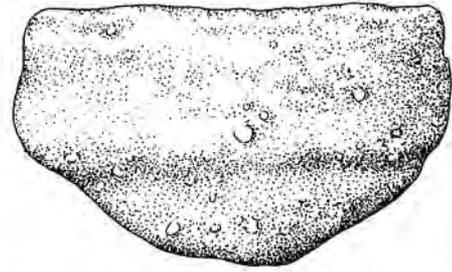
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Mações et de Casainhos*. (Memória nº16). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982/1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Mações (Sintra). Notícia preliminar. *Síntria*. Sintra. I-II (tomo 1), p. 29-37.

Outras referências

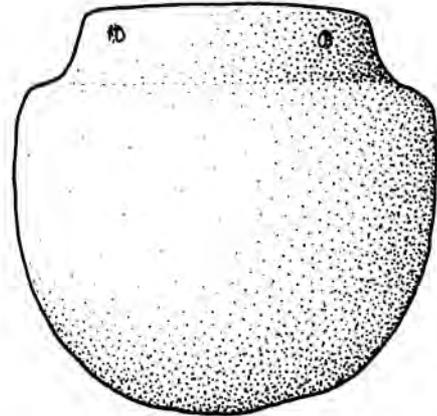
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1983-84) – O povoado calcítico de Leceia (Oeiras). 1ª e 2ª campanhas de escavação (1983-84). *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 41-68.
- GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88). *Portugália*. Porto. Nova Série, 8, p. 7-16.
- GONÇALVES, V. S. (1991) – TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. Nova Série, 11-12, p. 53-72.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4(2). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. [Coleção *Cascais, Tempos Antigos*, 1.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [Coleção *Cascais, Tempos Antigos*, 3.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2000) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 16].
- GONÇALVES, V. S., ed. (2003) – *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Actas do 2.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 25].
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2004) – As placas de xisto gravadas da gruta artificial S. Paulo 2 (Almada). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7(2), p. 73-96.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951, reeditado em 1985) – *As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: INIC/UNIARQ.
- UERPMANN, H.P. & UERPMANN, M. (2003) – *Zambujal. Die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beiträge, Band 5. Verlag Philipp von Zabern. Mainz am Rhein.



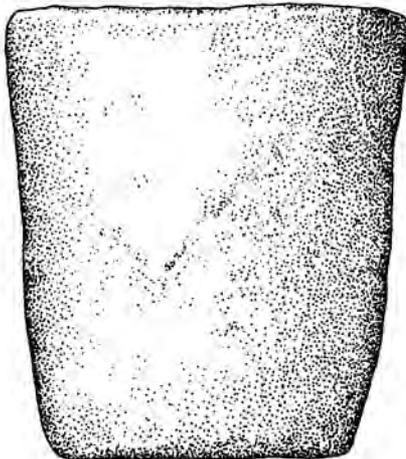
ALAPRAIA 2 #112 e 105



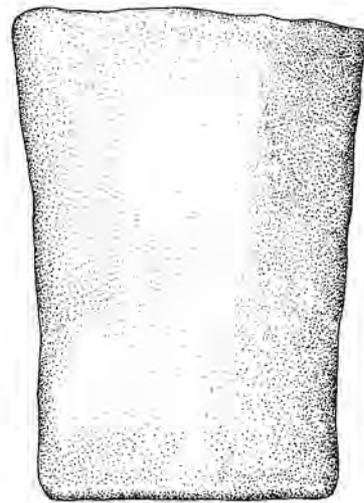
ALAPRAIA 2 #104



PCV IGM-238



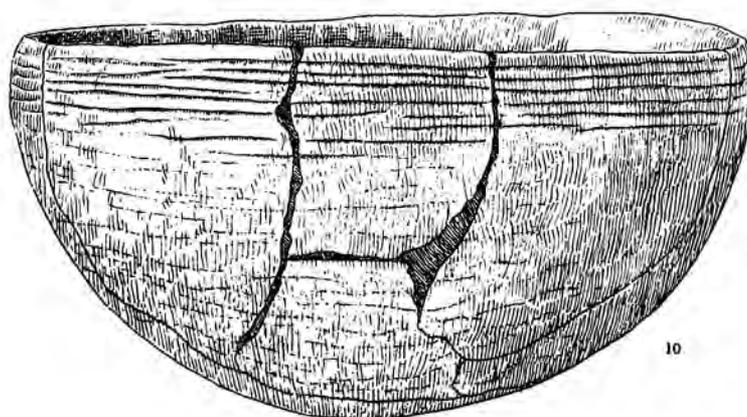
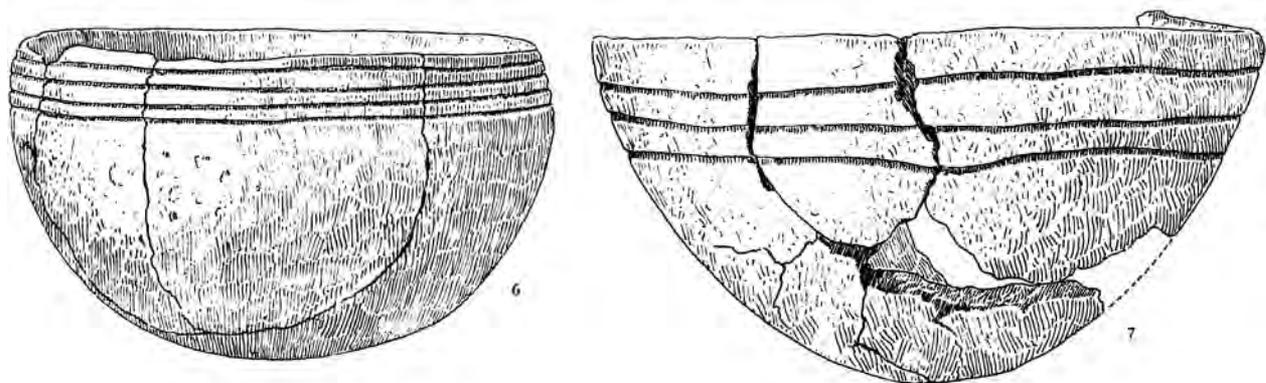
ALAPRAIA 2 #110



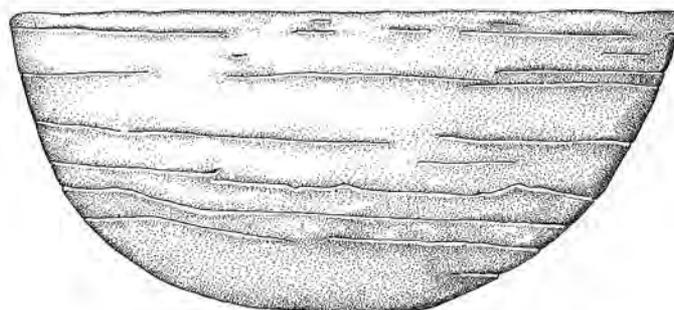
ALAPRAIA 2 #111



Fig. 5 – Cerâmicas de pequena dimensão. Estão presentes em antas, *tholoi*, grutas artificiais e naturais. Des. F. Sousa e Guida Casella, © UNIARQ.



S. PEDRO DO ESTORIL 1



ALAPRAIA 2 #38



Fig. 6 – Taças caneladas. (segundo LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964). O exemplar de Alapraia 2 foi desenhado por Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

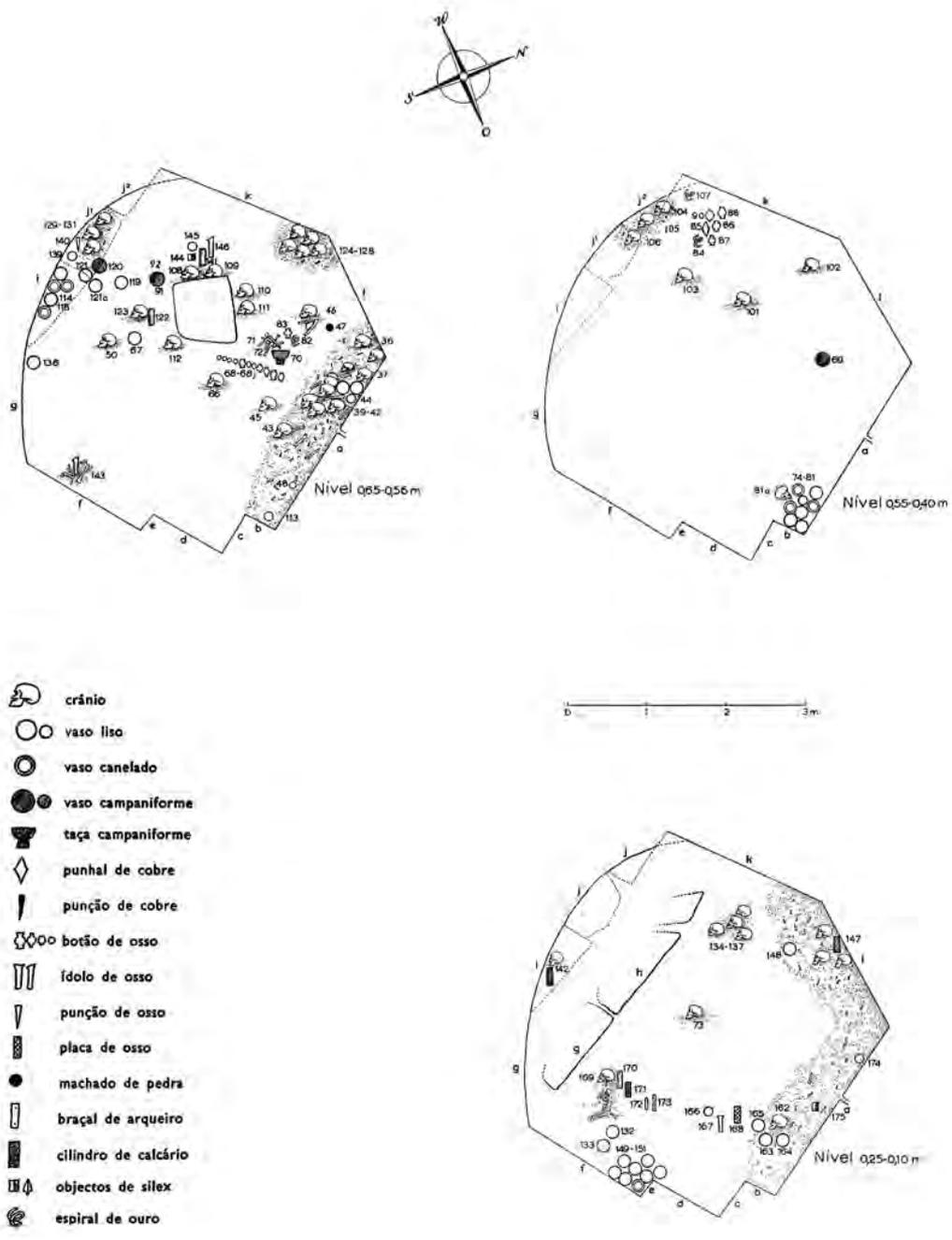
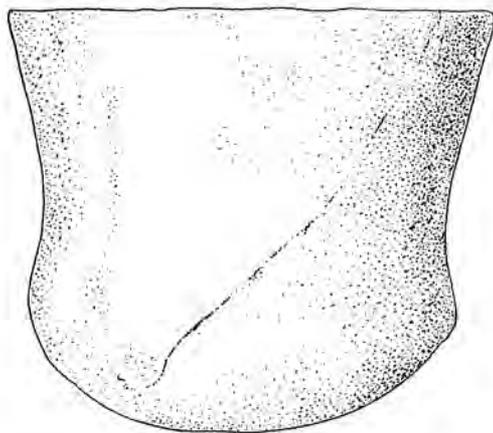
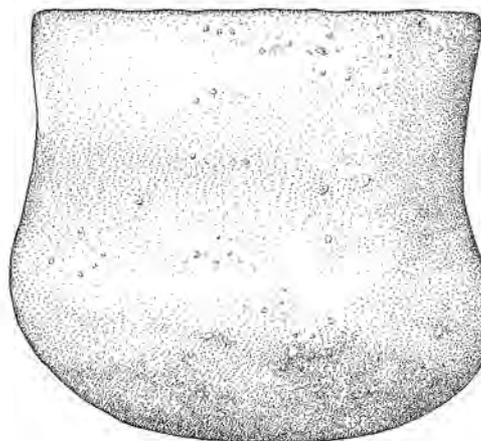


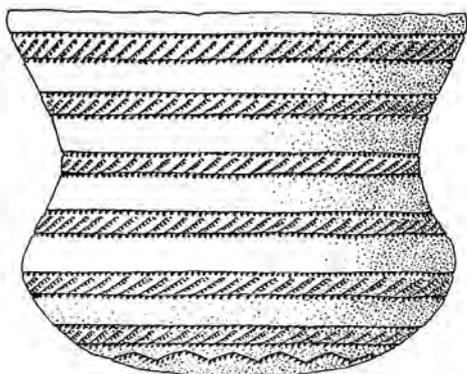
Fig. 7 – Três níveis artificiais da gruta artificial de S. Pedro do Estoril 1 evidenciam a localização junto às paredes da gruta das taças caneladas. Ou se trata de uma localização de origem, antiga, como me parece, ou da «síndrome do urso», provocada pelas deposições campaniformes, neste caso o famoso «enterramento do casaco» (segundo LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964, remontado).



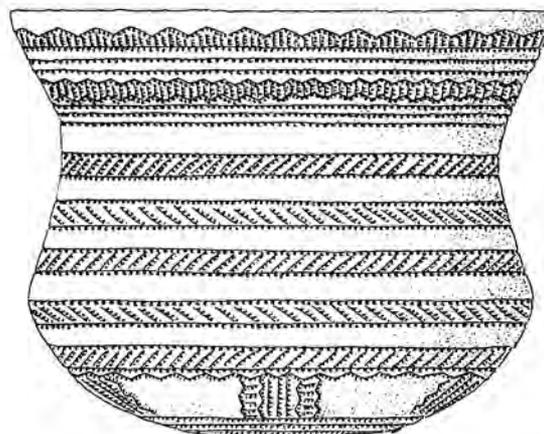
S. PEDRO DO ESTORIL 1 #32



PORTO COVO #2



S. PEDRO DO ESTORIL 1 #11



S. PEDRO DO ESTORIL 1 #12



Fig. 8 – Vasos campaniformes lisos e decorados. Desenhos de Guida Casella para as monografias de Porto Covo, Alapraia e S. Pedro do Estoril, © UNIARQ.

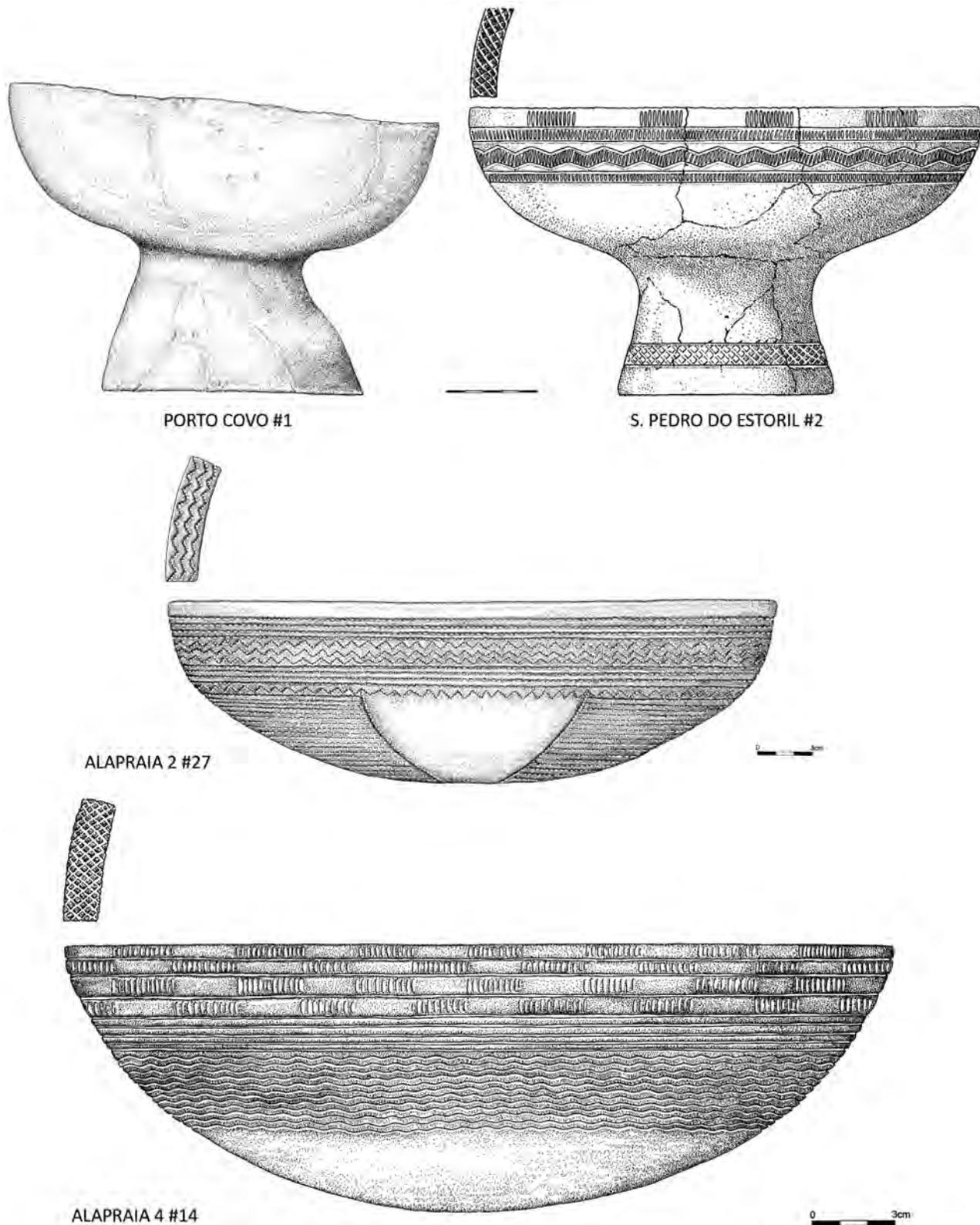


Fig. 9 – Taças com pé, lisa e decorada (Porto Covo e S. Pedro do Estoril 1) e taças «tipo Palmela», a de baixo (Alapraia-4-14), com quatro bandas de métopes abaixo do bordo. Desenhos de Guida Casella, © UNIARQ.

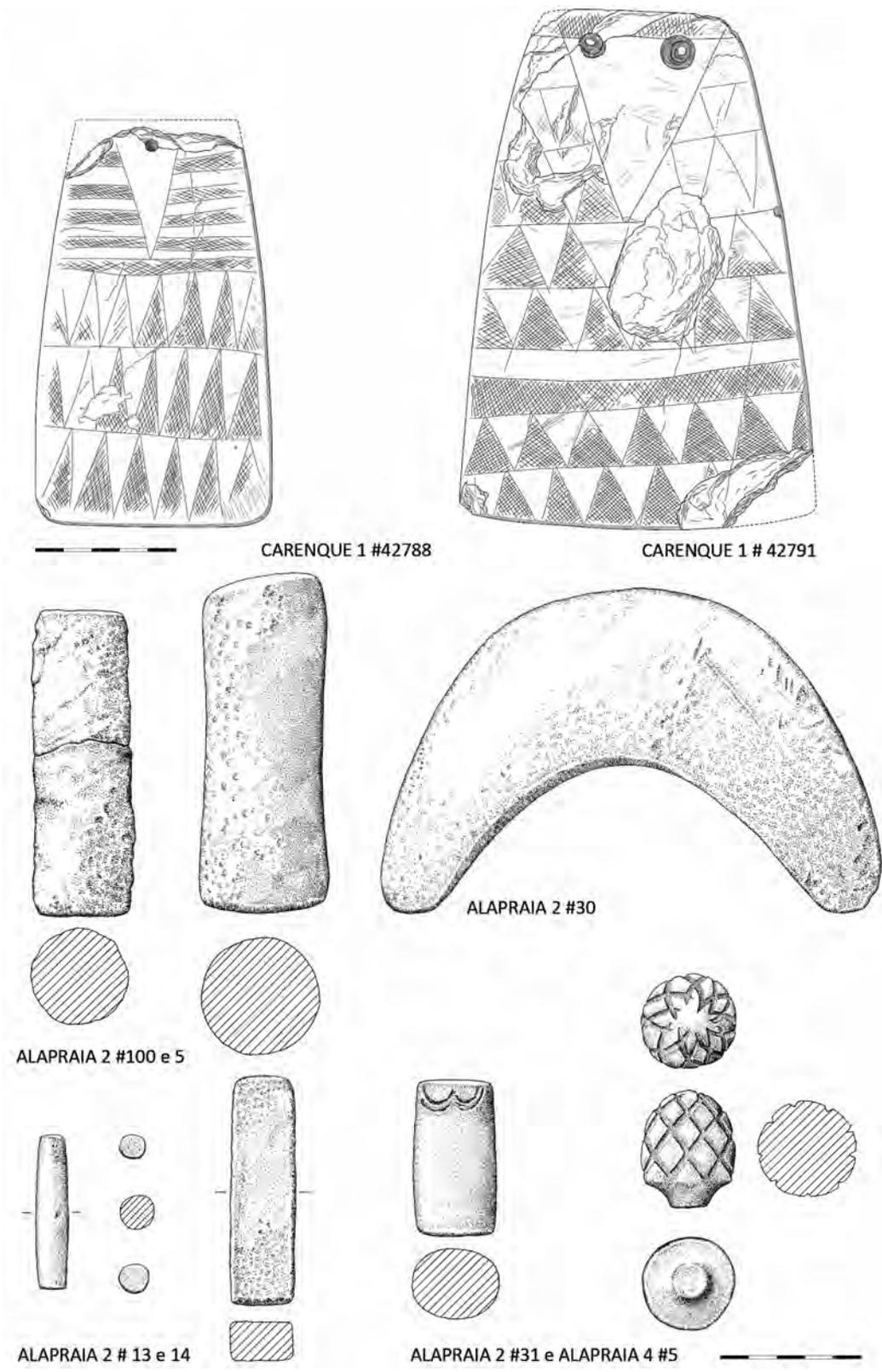


Fig. 10 – Placas de xisto gravadas da gruta artificial de Carenque 1 (Tojal de Vila Chã), desenhos © PLACA NOSTRA – UNIARQ. Artefactos votivos de calcário da gruta artificial da Alapraia 2: ídolos betilos, crescente lunar, ídolo betilo com as tatuagens ou pinturas faciais da Deusa e «pinha». Desenhos de Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

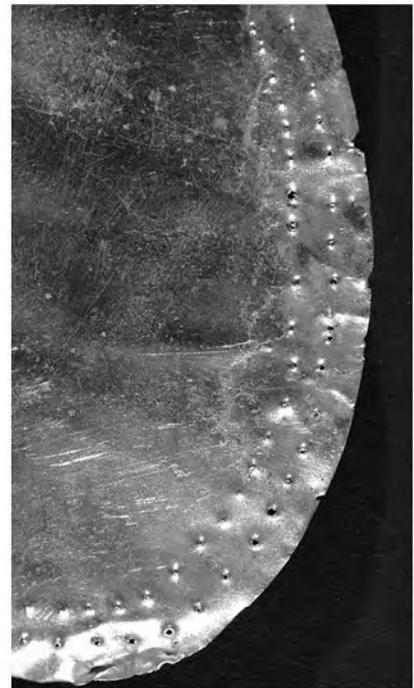
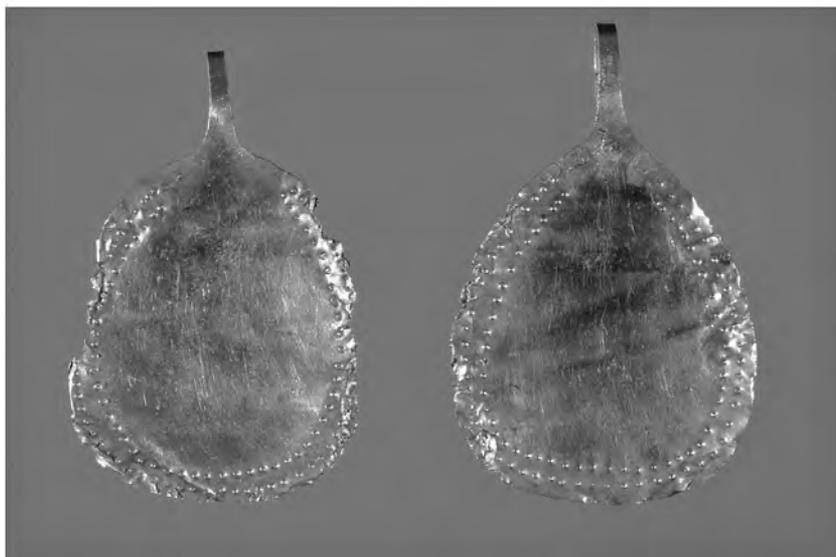


Fig. 11 – A metalurgia do ouro em grutas artificiais. (em cima), anéis-espiral, de ouro, da gruta artificial 1 de S. Pedro do Estoril (Museu do Conde de Castro Guimarães, Cascais). O primeiro da esquerda foi datado, a partir da falange que ainda envolvia, de 2330-2060 cal BC (2 σ). Todos têm a mesma composição: 90% ouro, 10% prata.

Um deles pertence de certeza ao «enterramento do casaco», campaniforme. Os outros, muito provavelmente, também. (em baixo) Brincos de ouro da Ermejeira (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa). Fotos do autor, cortesia do Museu do Conde de Castro Guimarães (Cascais), para S. Pedro do Estoril, e do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), para Ermejeira, © UNIARQ.